

Procuradores-gerais dos Estados repudiam fixação de alíquota máxima do ICMS de combustíveis

Notícias

Postado em: 06/06/2018 09:40

Para os procuradores, aumento dos combustíveis não está associado à carga tributária, que se manteve estável em todo o período da crise

Os procuradores-gerais dos Estados divulgaram carta aberta de repúdio ao projeto do Senado Federal que fixa alíquota máxima para cobrança de ICMS dos combustíveis.

Para os procuradores, o aumento dos combustíveis, que foi o estopim da greve dos caminhoneiros, não está associado à carga tributária, que se manteve estável em todo o período da crise.

Os procuradores culpam a política tarifária adotada pela União para restabelecimento das finanças da Petrobrás. Essa política é atrelada aos preços do mercado internacional, com constantes revisões de custos.

Na carta, o Colégio Nacional dos Procuradores dos Estados (Conpeg) alega que a proposta do Senado de reduzir o percentual do ICMS incidente sobre a gasolina, o etanol e o diesel não garante, de forma alguma a queda correspondente para o consumidor final.

Para os procuradores, a proposta é "absurdamente" danosa às finanças dos Estados-membros. Eles avaliam que a redução das atuais alíquotas de ICMS sobre os combustíveis implica em "grave afronta" ao Pacto Federativo e autonomia dos Estados.

"O sistema de arrecadação e repartição de receitas tributárias é o sustentáculo financeiro do (precário) Pacto Federativo inaugurado com a Constituição da República de 1988", diz a carta.

O Conpeg ressalta ainda que não é crível e coerente a proposta do Senado. "Teme-se que a presente iniciativa, permeada de boas intenções, fulmine o equilíbrio das contas públicas dos entes subnacionais, incluindo os municípios, e inviabilize a continuidade de atividades e serviços essenciais à população mais necessitada, como saúde, educação e segurança", alertam os procuradores.

Como mostrou o Estadão/Broadcast, os Estados calculam uma perda de R\$ 39,5 bilhões por ano caso seja aprovado que fixa um teto máximo para alíquota dos combustíveis. A proposta é autoria dos senadores Romero Jucá (MDB-RR) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Atualmente, os Estados arrecadam R\$ 86,94 bilhões com o ICMS dos combustíveis, com peso forte nas suas receitas.

Com as medidas negociadas pelo governo federal para garantir o subsídio ao diesel, os Estados estimam uma perda total de R\$ 4,4 bilhões. Desse total, R\$ 3,7 bilhões com a redução de R\$ 0,46 no preço do diesel e R\$ 798 milhões relativo à Cide combustíveis, que é compartilhada com os governos regionais. É que indiretamente elas acabam influenciando na arrecadação dos governos

estaduais.

O projeto do Senado, que foi apresentado para ajudar a baixar o preço da gasolina e diesel no País, prevê que Estados terão de fixar a alíquota máxima do ICMS em 18% para gasolina e álcool e de 7% para o óleo diesel. Hoje, elas são variáveis.